

O **Informativo Mensal de Conjuntura** faz parte das publicações e análises efetuadas pela equipe técnica do Boletim de Economia e Tecnologia publicado trimestralmente. O Informativo apresenta uma análise rápida dos principais indicadores conjunturais da economia brasileira, com dados atualizados até o mês anterior à publicação e é disponibilizado aos leitores interessados entre os dias 15 e 20 de cada mês. O *Download* gratuito pode ser feito no site www.boletimdeconjuntura.ufpr.br.

POLÍTICA MONETÁRIA E INFLAÇÃO

Para o mês de maio observa-se uma deterioração de parte do cenário econômico desde a última reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM), aumentando as expectativas de que o Banco Central do Brasil tente implementar um aperto monetário mais intenso. Essa constatação no âmbito interno está relacionada à piora da tendência de inflação.

A expectativa de inflação medida pelo IPCA, IGP-DI e IGP-M (Tabela 1) exibiu um comportamento de alta a partir do último Relatório Focus do Banco Central do Brasil. As expectativas desses três indicadores, para o ano de 2008, ficam em 5,11% a.a., 7,51% a.a. e 9,10% a.a., respectivamente. Esses números revelam que a inflação efetiva deverá ser superior à meta estabelecida pelo Banco Central de 4,5% para 2008.

Além dos índices de inflação anteriormente citados, o IPA (Índice de Preços ao Atacado) está sofrendo influência dos reajustes dos preços das matérias-primas e das *commodities*, de uma maneira geral. Nesse sentido, existe um risco considerável desta inflação ser repassada aos consumidores.

Com a perspectiva de elevação da inflação, os juros futuros (BM&F) foram pressionados para cima. Nos pregões de 2 semanas, após início de maio, a taxa projetada pelo contrato DI (Depósito Interbancário) que vence daqui a 20 meses passou de 14,18% para 14,33%. Em relação à expectativa de mercado (tabela abaixo) os juros aumentaram de 12,73% a.a. para 13,38% a.a. Atualmente, a taxa de juros SELIC está em 11,75% a.a. e a expectativa é que ela passe para o patamar de 13%, em dezembro do ano corrente.

TABELA 1 - EXPECTATIVAS DE MERCADO

Análise de Curto Prazo Média	2008				2009			
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento Semanal	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento Semanal
IPCA (%)	4,79	5,03	5,11	Alta	4,42	4,54	4,64	Alta
IGP-DI (%)	6,43	6,91	7,51	Alta	4,56	4,62	4,29	Baixa
IGP-M (%)	6,79	7,24	9,1	Alta	4,7	4,8	4,92	Alta
Taxa de Câmbio - fim de período (R\$/US\$)	1,73	1,71	1,68	Baixa	1,84	1,82	1,78	Baixa
Meta Taxa de Juros (SELIC) - Fim de período (%a.a.)	12,73	12,93	13,4	Alta	11,61	11,62	12,3	Alta

FONTE: Banco Central do Brasil.

Com a obtenção do grau de investimento (*investment grade*) o fluxo de capitais tende a aumentar até o final do ano. Nesse contexto, o mercado realizou uma revisão de suas expectativas em relação à apreciação cambial. A taxa de câmbio está projetada para 1,68 por unidade de dólar para o final de 2008.

O governo estuda aumentar a meta de superávit fiscal primário dos atuais 3,8% do PIB para algo entre 4,5% e 5%, ao ano, com o objetivo de conter a inflação e, desse modo, tentar manter o IPCA no centro da meta de 4,5% a.a. Segundo constatação do Ministério da Fazenda, balizada por dados do Banco Central do Brasil, o nível atual dos gastos do governo é um dos propulsores do crescimento verificado nos últimos trimestres com impactos sobre o nível de preços. Desse modo, um superávit maior ajudaria, em princípio, a conter as pressões inflacionárias.

NÍVEL DE ATIVIDADE

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou no início do mês de maio os indicadores referentes à atividade industrial brasileira no mês de março. Na passagem de fevereiro para março de 2008, já considerando os ajustes sazonais, houve um crescimento de 0,4% na atividade industrial. Em relação à março de 2007, a produção industrial apresentou um aumento de 1,3%, valor que pode ser considerado pequeno se comparado ao crescimento que os meses anteriores vinham apresentando em relação ao ano de 2007. Este é o vigésimo primeiro mês consecutivo em que a produção industrial apresenta crescimento em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A tabela 2 apresenta os indicadores da produção industrial por categoria de uso. Na passagem de fevereiro para março, destaca-se a retração de 0,9% na produção de bens de intermediários, sendo esta a única categoria que apresentou redução de produção. No lado positivo, a categoria de bens de consumo aumentou sua produção em 2,4%. Em comparação com março de 2007, o crescimento na produção de bens de capital foi de 12,7%, valor bastante expressivo e que vem se mantendo alto já há alguns meses. Esse crescimento demonstra a intenção do setor industrial em aumentar a sua capacidade produtiva, esperando que a economia mantenha-se aquecida e que a demanda por produtos industriais permaneça em ritmo de expansão.

Dos 27 ramos industriais incluídos na pesquisa do IBGE, 17 apresentaram crescimento em relação à fevereiro, destacando-se positivamente a indústria farmacêutica (+16%), que recuperou parte da forte perda ocorrida no mês anterior. O destaque negativo ficou com o setor de refino de petróleo e produção de álcool (-11%), reflexo da paralisação técnica de uma unidade de importante empresa do setor.

TABELA 2.-INDICADORES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR CATEGORIA DE USO. BRASIL – 03/2008

Categorias de Uso	Variação(%)			
	Fev/Mar-08*	Mar-07/Mar-08	Acumulado no Ano	Acumulado 12 Meses
Bens de Capital	0,9	12,7	17,1	19,9
Bens Intermediários	-0,9	0,3	6,0	5,4
Bens de Consumo	2,4	-0,8	4,1	5,3
Duráveis	1,7	6,5	13,6	11,8
Semi-Duráveis e Não Duráveis	2,8	-3,2	1,2	3,3
Indústria Geral	0,4	1,3	6,3	6,6

FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NOTA: (*) Série com ajuste sazonal

A Tabela 3 apresenta os indicadores conjunturais da indústria para o mês de março. Neste mês cabe destacar o crescimento de 2,7% na folha de pagamento real, na passagem de fevereiro para março. Apesar disso, o número de horas pagas retrocedeu 0,9% nessa mesma passagem. Na comparação entre março de 2007 e março de 2008, a folha de pagamento real apresentou crescimento expressivo de 8,7%, enquanto o nível de pessoal ocupado assalariado cresceu 2,9%.

TABELA 3 - INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA. BRASIL – 03/2008

Variáveis	Variação(%)			
	Fev/Mar-08*	Mar-07/Mar-08	Acumulado no Ano	Acumulado 12 Meses
Pessoal Ocupado Assalariado	0,1	2,9	3,0	2,6
Número de Horas Pagas	-0,9	2,6	2,9	2,3
Folha de Pagamento Real	2,7	8,7	6,4	5,9

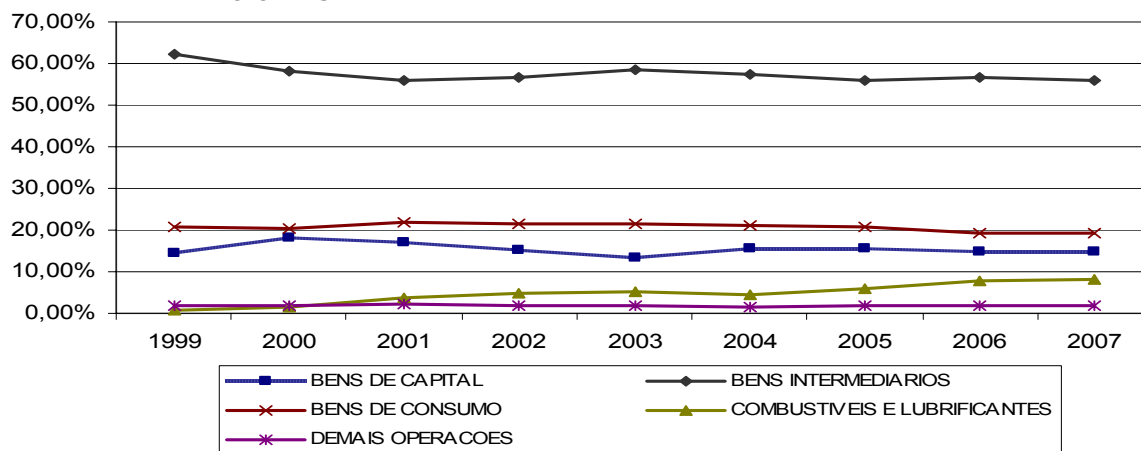
FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NOTA: (*) Série com ajuste sazonal

ECONOMIA PARANAENSE

Analisando a situação das exportações brasileiras de acordo com a classificação do sistema de contas nacionais, percebe-se, pelo Gráfico 1, que o crescimento mais significativo foi o do segmento de combustíveis e lubrificantes. Esse fenômeno decorre do aumento da exploração do petróleo e seus derivados na economia nacional e também pela elevação da demanda externa. A maior retração foi nas exportações de bens intermediários, com uma perda de quase 7% na participação total das exportações brasileiras. Dentro desta categoria, o segmento de alimentos e bebidas destinados à indústria teve uma queda relevante, com sua participação passando de 12,30% para 9,81%.

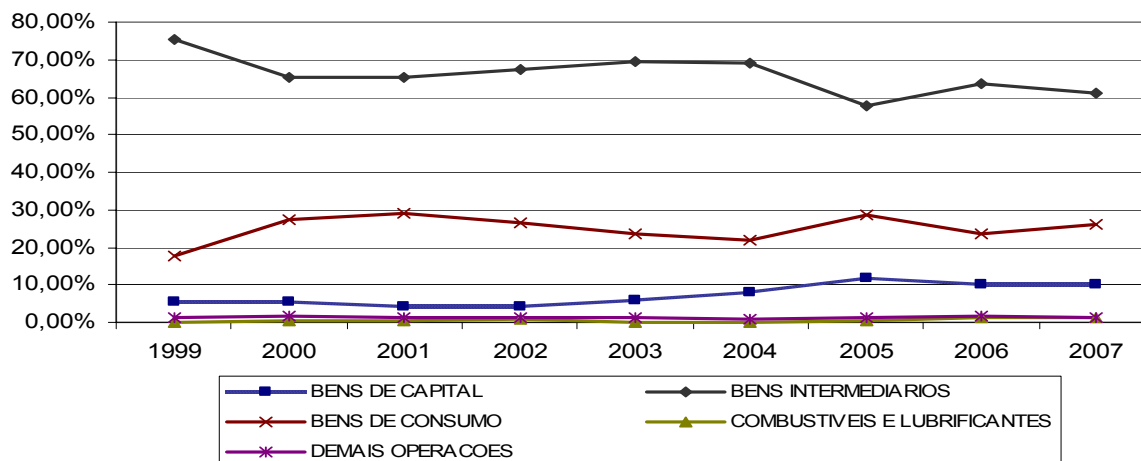
GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PELA CLASSIFICAÇÃO DAS CONTAS NACIONAIS



FONTE: Elaboração própria a partir do SECEX/MDIC

No caso paranaense (Gráfico 2) também se nota uma queda significativa na participação das exportações de bens intermediários no total exportado pelo estado: de 75,57% (1999) para 61,17% (2007). Novamente, dos segmentos que compõem as exportações de bens intermediários, o segmento de alimentos e bebidas destinados à indústria foi o grande prejudicado, com sua participação no total de exportações paraenses passando de 30,36% para 18,30%.

GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PELA CLASSIFICAÇÃO DAS CONTAS NACIONAIS



FONTE: Elaboração própria a partir do SECEX/MDIC

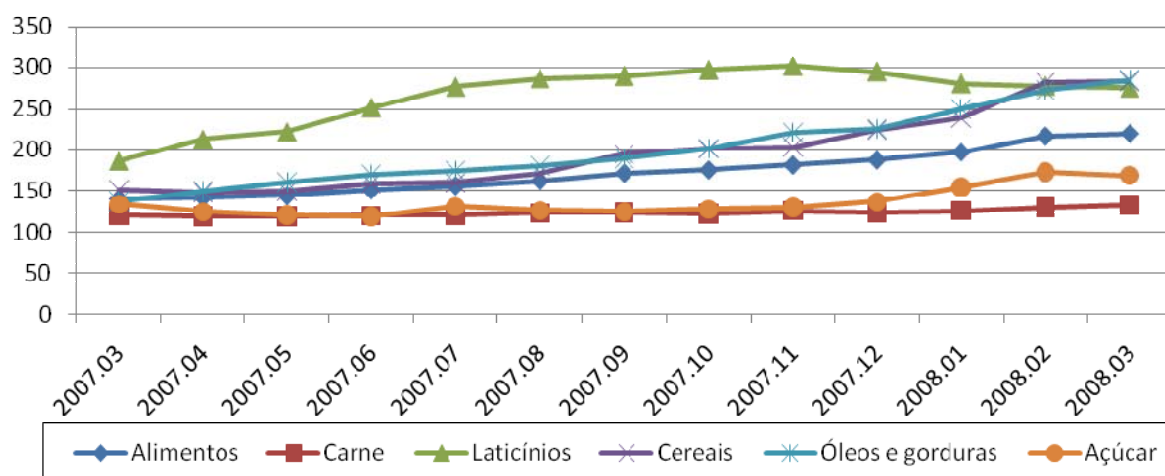
Os ganhos de participação no estado ficaram para os segmentos de bens de capital e de consumo, com elevações na parcela do total exportado de 4,5% e 8,5%, respectivamente.

SETOR EXTERNO

Os preços dos alimentos apresentaram queda nas primeiras semanas de maio, apesar de ainda se manterem em níveis historicamente altos. Na última semana de abril e primeira semana de maio, o preço do arroz exportado pela Tailândia apresentou queda de 20%. Adicionalmente, em meados do mês corrente, o grão é transacionado nos Estados Unidos a um preço 10% menor em relação ao pico alcançado no dia 23 de abril.

Apesar da queda momentânea, a demanda aquecida por alimentos deve manter seus preços em níveis altos, dando continuidade à tendência de queda nos estoques internacionais de grãos. Tal conclusão é respaldada pela análise dos índices de preços de alimentos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, mostrados no Gráfico 3:

GRÁFICO 3 – ÍNDICES DE PREÇOS DE ALIMENTOS



FONTE: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

Os preços dos cereais têm propiciado incrementos nos valores exportados pelo Brasil. Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, apontam um aumento de 52,2% no valor das exportações brasileiras na segunda semana de maio (5 a 11 de maio), em comparação com o mesmo período de 2007. Isto se deve, em grande medida, à elevação dos preços dos complexos da soja e da carne. Ainda, a suspensão temporária da greve dos auditores fiscais ajudou a elevar em 23,4% o saldo da balança comercial semanal.

No dia trinta de abril a *Standard & Poor's* elevou a classificação de risco do Brasil no que diz respeito ao crédito de longo prazo em moeda estrangeira e em moeda local. Essa elevação concedeu ao país o grau de investimento, sinalizando aos investidores financeiros internacionais que o Brasil oferece baixos riscos de inadimplência.

A concessão foi seguida de uma queda de 2,2% na taxa de câmbio entre os dias trinta de abril e dois de maio. Isto se deve ao maior afluxo de investimentos estrangeiros promovido pelo grau de investimento. Os bancos médios, por exemplo, anunciaram um montante de U\$ 320 milhões em captações externas, em maio.

Não obstante, esse mês, a moeda americana vem apresentando grande volatilidade. O anúncio do Ministério da Fazenda, informando que parte dos dólares do fundo soberano será captada do mercado e a expectativa, por parte dos investidores, de que o governo tome medidas para conter a entrada de capital especulativo no país, fizeram o câmbio subir. Após o grau de investimento, a moeda americana já alcançou o valor de R\$ 1,6928 (no dia oito de maio), apenas 0,7% abaixo dos R\$1,705 do dia 29 de abril.

FINANÇAS PÚBLICAS

O governo central arrecadou em março o total de R\$ 55,7 bilhões, representando um aumento de 11,1% quando comparado com o mês de fevereiro. No ano, a arrecadação soma R\$ 170,4 bilhões enquanto que nos 3 primeiros meses de 2007, havia sido de R\$ 143 bilhões, ou seja, uma expansão de 19,1%. As receitas aumentaram pelos seguintes fatores: i) encerramento, em março, do prazo legal para pagamento do saldo do IRPJ e da CSLL referente à Declaração de Ajuste relativa ao ano de 2007; ii) distribuição de participação nos lucros ou resultados (PLR) por empresas do setor financeiro, no mês de fevereiro, com reflexo no IRRF – Rendimentos do Trabalho do mês de março; iii) ganho de capital na alienação de bens, em decorrência, principalmente, de alienação de empresas do setor de mineração, com reflexo no IRPF. O total de receitas do Governo Central em relação ao PIB corresponde a 25,3% em 2008, aumento de 1,42 % em relação ao mesmo período de 2007.

A Despesa total do Governo Central também apresentou uma elevação em março. No mês ela ficou em R\$ 35 bilhões contra R\$ 33,6 bilhões do mês anterior. De janeiro a março, a despesa total ficou em R\$ 107,6 bilhões, o que representa uma elevação de 8,2% em relação ao mesmo período de 2007. A despesa total do governo central atingiu 15,98% do PIB, ou seja, 0,62 % abaixo da despesa de 2007. A rubrica com maior crescimento relativo no ano foi a despesa de custeio e capital (10,8%). Já os gastos com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) subiram 5,8% no período. Apesar desse aumento, sua participação no PIB caiu de 6,95% para 6,69%.

Descontadas as Transferências a Estados e Municípios, o resultado primário do governo central de janeiro a março de 2008 alcançou R\$ 31,3 bilhões, resultado 65,5% superior ao do mesmo período de 2007, que havia somado R\$ 18,9 bilhões, como mostra a Tabela 3:

TABELA 4 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – EM R\$ BILHÕES

Discriminação	Fevereiro	Março	Var. %	Janeiro-Março		Var. %
	2008	2008		2007	2008	
Receita Total	50.116	55.682	11,1	143.002	170.367	19,1
Receita do Tesouro	38.066	43.408	14	112.227	134.700	20
Receita da Previdência Social	11.928	43.743	266,7	30.448	35.268	15,8
Receita do BCB	123	139	13	327	398	21,7
Transf. a Est. e Municípios	11.350	9.891	-12,9	24.675	31.460	27,5
Receita Líquida	38.766	45.790	18,1	118.327	138.907	17,4
Despesa Total	33.561	35.036	4,4	99.407	107.596	8,2
Despesa do Tesouro	19.489	20.095	3,1	57.339	62.088	8,3
Pessoal e Encargos	9.505	9.031	-5	29.186	31.109	6,6
Custeio e Capital	9.914	10.981	10,8	28.018	30.805	9,9
Transferência ao BCB	68	82	20,6	132	174	31,8
Desp. da Previdência Social	13.955	14.770	5,8	41.631	45.020	8,1
Despesas do BCB	117	171	46,2	437	487	11,4
Res. Primário do Gov. Central	5.204	10.753	106,6	18.920	31.310	65,5
Tesouro Nacional	7.226	13.421	85,7	30.213	41.152	36,2
Previdência Social	-2.027	-2.636	30	-11.183	-9.752	-12,8
Banco Central (BCB)	5,4	-31,8	-688,9	-110	-89	-19,1
Resultado Primário/PIB	-	-	-	3,16%	4,65%	47,2

FONTE: Secretaria do Tesouro Nacional

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), em março, atingiu R\$ 1.141 bilhões, representando 41,2% do PIB. Em fevereiro, ela estava no patamar de R\$ 1.157 bilhões, ou seja, 42,2% do PIB. Essa queda foi influenciada pelo superávit nominal de R\$ 4 bilhões no mês e pelo ganho de R\$ 9,6 bilhões ocasionado pela depreciação cambial no período (3,9%).

No ano, a dívida líquida apresentou redução correspondente a 1,4% do PIB. O superávit primário, o ajuste de paridade da cesta de moedas que integram a dívida externa líquida e o efeito do crescimento do PIB valorizado responderam por reduções correspondentes a 1,6%, 0,3% e 1,1% do PIB, respectivamente. Em sentido contrário, contribuíram para expansão da dívida: os juros nominais apropriados (1,4% do PIB); e o ajuste decorrente da valorização cambial acumulada de 1,3%, com 0,1% do PIB.



BOLETIM ECONOMIA & TECNOLOGIA
Informativo do Mês de Maio de 2008



Em relação à Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi), sua composição apresentou os seguintes resultados em março: Selic (35,35%), Câmbio (0,93%), Prefixados (36,2%) com elevação de 0,56%, Índice de Preços (27,4%) com aumento de 0,54%. O Custo Médio da DPMFi aumentou de 12,15% a.a. para 13,31% a.a. e o Prazo Médio atingiu 37,8 meses no mês de março, ou seja, 0,29 p.p. de elevação.



BOLETIM ECONOMIA & TECNOLOGIA
Informativo do Mês de Maio de 2008



Carlos Eduardo Fröhlich. Matemático e Graduando em Ciências Econômicas pela UFPR. carlos.e.frohlich@gmail.com

Geraldo Staub Filho. Bacharel em Direito e Mestrando em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. gutostaub@yahoo.com.br

Guilherme R. S. Souza e Silva. Mestrando em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Foco de estudo na área de Macroeconomia. guilherme.fdg@uol.com.br

Jedson César de Oliveira. Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Foco de estudo na área de Finanças Públicas e de Macroeconomia. jecoli@sociais.ufpr.br

Luciano Ferreira Gabriel. Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Professor da UniBrasil. lucianofg@gmail.com.

Luciano Nakabashi. Doutor em economia pelo CEDEPLAR/UFMG, professor adjunto do departamento de economia da UFPR e coordenador do boletim de *Economia & Tecnologia*. luciano.nakabashi@ufpr.br

Rafael Camargo de Pauli. Mestrando em Desenvolvimento Econômico pela UFPR e supervisor geral do boletim de *Economia & Tecnologia*. rafaelcdp@gmail.com.